

EDITAL PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSA DE INVESTIGAÇÃO PARA ESTUDANTES DE MESTRADO OU LICENCIADOS INSCRITOS EM CURSO NÃO CONFERENTE DE GRAU
referência EngageForSDG_BI2022_1

1. Tipo e número de bolsa(s) a atribuir:

1 Bolsa de investigação para estudante de mestrado BI, referência EngageForSDG_BI2022_1.

2. Área científica: Ciências da Comunicação, Sociologia

3. Fonte de financiamento: A bolsa atribuída no âmbito do presente concurso será financiada no âmbito do projeto “O engajamento dos jovens com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: a escolha dos argumentos morais das notícias para o uso em debate”, ref.ª EXPL/COM-JOR/1534/2021, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT.

4. Destinatários: A bolsa de investigação para estudantes de mestrado destina-se a candidatos inscritos ou que satisfaçam as condições necessárias para se inscreverem no Mestrado em Comunicação ou Sociologia e a Licenciados inscritos ou que satisfaçam as condições necessárias para se inscreverem num curso não conferente de grau na Universidade do Minho.

5. Elegibilidade dos candidatos: Os candidatos deverão reunir as condições de elegibilidade previstas no artigo 9º do Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT I.P (2019).

6. Perfil:

Podem candidatar-se ao presente concurso:

- Cidadãos nacionais ou cidadãos de outros Estados membros da União Europeia;
- Cidadãos de Estados terceiros;
- Apátridas;
- Cidadãos beneficiários do estatuto de refugiado político.

6.1 Requisitos de Admissibilidade do Candidato:

- Ter Licenciatura em Comunicação Social, Jornalismo ou Sociologia;
- Domínio proficiente de português e conhecimento ferramental (leitura) em inglês e/ou espanhol;
- Conhecimento nos temas: alterações climáticas; ambiente; estudos de receção (especialmente por parte de jovens); redes digitais.

6.2 Requisitos de Admissibilidade da Candidatura

É indispensável, sob pena de não admissão ao Concurso, anexar à candidatura os seguintes documentos:

- *Curriculum vitae*;
- Certificados de habilitação dos graus académicos detidos, especificando, obrigatoriamente, a classificação final e, se possível, as classificações obtidas em todas as disciplinas realizadas. Em alternativa, declaração de honra do candidato ([link](#)) em como concluiu os graus requeridos no edital até ao final do prazo de candidatura;
- Comprovativos da experiência de investigação;
- Para os graus obtidos no estrangeiro, registo de reconhecimento dos graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras e registo da conversão da respetiva classificação final para a escala de classificação portuguesa. Em alternativa, declaração de honra do candidato ([link](#));
- Carta de motivação.

6.3 Requisitos preferenciais:

- Experiência de investigação nas áreas de Comunicação, Jornalismo e/ou Sociologia, como organização de eventos, revisão de publicações e aplicação de grupos focais;

- Experiência de investigação com recurso a metodologias qualitativas e/ou quantitativas para recolha e análise de dados;
- Conhecimento para a execução de tarefas em ambiente digital (reuniões via Zoom, teleconferências, alimentação de plataformas de informação);
- Domínio de programas de geração de e processamento de dados (Excel, NVivo, SPSS)
- Publicações ou experiências em áreas relevantes para o projeto.

7. Plano de trabalhos e objetivos a atingir:

O(A) Bolseiro(a) desempenhará atividades no âmbito do apoio à organização e desenvolvimento técnico-científico do projeto, nomeadamente:

- Recolha, organização e análise de dados provenientes da investigação quantitativa;
- Transcrição e seleção de conteúdo de entrevistas qualitativas;
- Realização de grupos focais;
- Produção de reuniões e eventos digitais e presenciais;
- Alimentação de plataformas digitais com resultados da investigação;
- Organização de publicações com resultados da investigação.

8. Legislação e regulamentação aplicável: Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI), aprovado pela Lei n.º 40/2004 de 18 de agosto, na redação atual publicada pelo Decreto-Lei n.º 123/2019 de 28 de agosto; Regulamento de Bolsas de Investigação da Universidade do Minho, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 119, despacho n.º 6524/2020 de 22-06-2020, retificado através de declaração de retificação n.º 447/2021 de 22-06-2021 e Regulamento de Bolsas de Investigação, n.º 950/2019 de 16-12-2019, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. - em vigor.

9. Entidade contratante: Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

9.1 Unidade de acolhimento dos trabalhos de investigação e Orientação científica: O trabalho será desenvolvido no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, sob a orientação científica do Doutor Edson Capoano.

10. Duração da(s) bolsa(s): A bolsa terá à duração de 6 meses e poderá, eventualmente, ser renovada até ao limite legal aplicável.

10.1 Valor do subsídio de manutenção mensal: O montante do SMM corresponde a 875,98€/mês, conforme tabela de valores das bolsas da FCT, I.P. no País (Anexo I – Tabela de subsídios mensais de manutenção do Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT I.P e Anexo II do Regulamento de Bolsas de Investigação da Universidade do Minho, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 119, despacho n.º 6524/2020 de 22-06-2020, retificado através de declaração de retificação n.º 447/2021 de 22-06-2021), conforme regulamento aplicável.

O pagamento é efetuado até ao dia 23 de cada mês, através de transferência para o IBAN/NIB do bolseiro indicado no processo de contratualização.

10.2 Outros benefícios: Reembolso do Seguro Social Voluntário, correspondente ao 1º Escalão da base de incidência contributiva (*para bolsas com duração igual ou superior a 6 meses*) e Seguro de Acidentes Pessoais.

10.3 Regime de exclusividade: O desempenho de funções a título de bolseiro é exercido em regime de exclusividade, nos termos previstos no artigo 5.º do Estatuto do Bolseiro de Investigação e regulamentos de bolsas de investigação aplicáveis.

11. Prazo de candidatura e forma de apresentação das candidaturas: O concurso encontra-se aberto no período de **01/04/2022 a 14/04/2022**.

As candidaturas devem ser formalizadas, obrigatoriamente, através do envio de email acompanhado dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado;
- b) Certificado de habilitações *ou* declaração de honra do candidato ([link](#));
- c) Comprovativos da experiência de investigação;
- d) Para os graus obtidos no estrangeiro, registo de reconhecimento dos graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras e registo da conversão da respetiva classificação final para a escala de classificação portuguesa. Em alternativa, declaração de honra do candidato ([link](#));
- e) Carta de motivação.

As candidaturas deverão ser remetidas por correio eletrónico para **cecs_candidaturas@ics.uminho.pt**, indicando a referência do concurso “**EngageForSDG_BI2022_1**” no Assunto. Não serão admitidas candidaturas enviadas por outras vias ou extemporâneas.

12. Critérios e procedimentos de avaliação e seleção:

A avaliação será efetuada com base no Mérito do Candidato (MC), tendo em conta vários subcritérios. Os subcritérios de avaliação a utilizar serão os seguintes:

- a. Percurso académico (que reflete as classificações dos graus académicos) (0 a 35 pontos);
- b. Currículo pessoal (que reflete o percurso científico e profissional) (0 a 55 pontos);
- c. Carta de motivação (0 a 10 pontos).

A classificação do **Mérito do Candidato (MC)** será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$MC = a + b + c$$

O Júri poderá decidir convocar para entrevista (ENT) os três candidatos com melhor pontuação. Nesse caso, serão avaliados os seguintes subcritérios:

- a. Competências interpessoais (0 a 30 pontos)
- b. Conhecimentos demonstrados na área a concurso (0 a 40 pontos)
- c. Motivação (0 a 20 pontos)
- d. Competências linguísticas (0 a 10 pontos)

A classificação da **Entrevista (ENT)** será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ENT = a + b + c + d$$

Em caso de realização da entrevista, a **classificação final (CF)** do Mérito do Candidato (MC) e Entrevista (ENT) será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (MC * 0,7) + (ENT * 0,3)$$

Não se realizando a entrevista, a **classificação final (CF)** será correspondente a 100% da avaliação obtida no Mérito do Candidato (MC).

O júri poderá não atribuir a bolsa se a qualidade dos candidatos for inferior à pretendida.

Os documentos comprovativos da titularidade de graus académicos e diplomas, ou do respetivo reconhecimento quando tenham sido atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras, podem ser dispensados em fase de candidatura, sendo substituídos por declaração de honra do candidato, ocorrendo a verificação dessa condição apenas em fase de contratualização da bolsa. Esta declaração deverá atestar factos ocorridos em data anterior à candidatura. Nas situações de divergência entre a informação constante da declaração e a documentação entregue para efeitos de contratualização de bolsa, apenas será considerada a informação constante nesta última. Caso se verifique que os documentos

comprovativos da titularidade do grau académico e diploma, ou do respetivo reconhecimento nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto, não correspondam às classificações atribuídas na avaliação do percurso académico e possam, conseqüentemente, alterar a seriação do candidato, não será efetivada a contratualização da bolsa.

Nota: Os candidatos com graus obtidos no estrangeiro deverão apresentar comprovativo do reconhecimento das habilitações em Portugal e conversão da classificação final neles obtida para a escala de classificação portuguesa ou declaração nos termos indicados no ponto anterior. Aos candidatos que não cumpram uma destas disposições, o júri atribuirá a classificação de “0” na nota do curso de licenciatura e/ou mestrado. Os candidatos serão avaliados nos restantes parâmetros.

13. Composição do Júri de Seleção

Presidente

- Edson Capoano (Investigador Júnior, CECS, Universidade do Minho)

Vogais efetivos

- Pedro Daniel Rodrigues Costa (Investigador Júnior, CECS, Universidade do Minho)

- Alice Dutra Balbé (CECS, Universidade do Minho)

Vogais suplentes

- Rita Alexandra Manso Araújo (Investigadora Júnior, CECS, Universidade do Minho)

- Vítor Manuel Fernandes Oliveira Sousa (Investigador Júnior, CECS, Universidade do Minho)

Em caso de impedimento do Presidente do Júri, este far-se-á substituir pelo primeiro vogal efetivo, sendo nomeado o vogal suplente para substituição do vogal efetivo.

14. Divulgação dos resultados: Os resultados finais da avaliação serão publicitados através de lista ordenada pela nota obtida, afixada em local visível e público da Unidade de acolhimento, bem como através de correio eletrónico a todos os candidatos, anexando-se, para o efeito, as atas com as deliberações do júri, até 90 dias úteis após a data limite de submissão de candidaturas. A notificação será enviada para o endereço de email usado/indicado pelos candidatos no ato de submissão da candidatura, com relatório de entrega da mensagem. O candidato selecionado deverá manifestar por escrito a intenção de aceitação da bolsa. Em caso de não aceitação, a bolsa será atribuída ao candidato por ordem de seriação final.

15. Procedimentos de reclamação e recurso:

Caso o resultado seja desfavorável à concessão da bolsa requerida, os candidatos têm um prazo de 10 dias úteis para se pronunciarem, querendo, em sede de audiência prévia aos interessados, nos termos do artigo 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo (DL nº 4/2015 de 7 de janeiro).

Da decisão final pode ser interposta reclamação, no prazo de 15 dias úteis, dirigida ao Presidente do Júri. Os interessados poderão ainda apresentar recurso hierárquico facultativo, dirigido a Sra. Pró-Reitora para a Investigação e Projetos, Professora Doutora Sandra Paiva.

16. Documentos obrigatórios para contratualização:

A concessão da bolsa concretiza-se mediante a assinatura de um contrato entre a Universidade do Minho e o bolseiro, de acordo com minuta de contrato (anexo IV do Regulamento de Bolsas de Investigação Científica da Universidade do Minho – despacho nº 6524/2020 de 22-06-2020, retificado através de declaração de retificação nº 447/2021 de 22-06-2021) na sua versão atualizada de acordo com o ponto 2.4 das “Normas para Atribuição e Gestão de Bolsas no âmbito de Projetos de I&D, incluindo projetos de infraestruturas, do programa de financiamento plurianual d unidades de I&D e de outros instrumentos de financiamento da FCT (Versão 2021)”.

O contrato só pode ser celebrado após a receção de toda a documentação exigível consoante o tipo de bolsa, que deverá ocorrer no prazo máximo de 6 meses [incluindo os comprovativos da titularidade de

graus académicos ou diplomas e de inscrição em ciclos de estudos ou cursos não conferentes de grau, consoante o tipo de bolsa].

Depois de recebida toda a documentação, a entidade contratante tem um prazo de 60 dias úteis para celebrar o contrato de bolsa [nos contratos de bolsas ao abrigo do RBIC da UMinho, o prazo é de 15 dias úteis, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º]. Uma vez recebido pelo bolseiro, este deve devolver o contrato devidamente assinado no prazo de 15 dias úteis.

Os contratos de bolsa apenas podem ter início após devida autorização da entidade contratante.

Nota:

- Os candidatos poderão concorrer sem inscrição prévia no curso para o qual é aberto a bolsa. O requisito de inscrição em curso conferente ou não conferente de grau será verificado à data da contratualização da bolsa.
- Apenas serão contratualizadas as bolsas cujos os candidatos selecionados apresentem comprovativo válido de inscrição no curso conferente ou não conferente de grau, conforme tipologia de bolsa a concurso, emitido pelos serviços académicos da Instituição de Ensino Superior, respetivamente com a indicação do ano letivo em curso ou da sua duração (início e termo).
- A inscrição em cursos não conferentes de grau não creditados não serão considerados como comprovativo de inscrição.

16.1 Termo e cancelamento dos contratos de bolsas: Sem prejuízo das demais causas previstas nos regulamentos de bolsas aplicáveis (FCT e UMinho) e no Estatuto do Bolseiro de Investigação, a bolsa cessa com a conclusão do plano de trabalhos contratualizado, bem como com o termo do prazo pelo qual foi concedida ou renovada.

No termo da bolsa, o bolseiro tem obrigação de apresentar o Relatório Final dos trabalhos realizados, de acordo com os objetivos e critérios de avaliação definidos com o orientador científico, no prazo de 30 dias após o termo da bolsa.

O relatório final deverá ser elaborado de acordo com o anexo I do Regulamento de Bolsas de Investigação Científica da Universidade do Minho – despacho n.º 6524/2020 de 22-06-2020, retificado através de declaração de retificação n.º 447/2021 de 22-06-2021

Modelo de contrato e modelo de relatório final ([link](#)).

17. Lista de reserva/suplentes: Os candidatos seriados nas posições seguintes da lista de ordenação final do concurso são integrados em lista de reserva de seleção, que poderá ser utilizada até 6 meses após a conclusão do concurso.